

Sindicatos rurais de São Paulo preparam dirigentes

São Paulo — Da postura assistencialista para uma linha mais reivindicatória, a caminhada do movimento sindical rural passa pelo Instituto Técnico Educacional para os Trabalhadores Rurais do Estado de São Paulo, cujos cursos já foram freqüentados por praticamente todos os dirigentes dos 152 sindicatos do interior. Se ainda não houve mudança radical de mentalidade, começa, ao menos, a surgir uma nova geração de sindicalistas, que combate a atuação meramente assistencial exercida por quase metade das lideranças rurais do Estado.

A análise é de vários dirigentes sindicais, que vêem o sindicalismo no interior dividido em três correntes. Ao lado velho dirigente, arraigado apenas no papel assistencialista do sindicato e nos convênios com o Funrural — "os administradores", como são chamados — e escorado na estrutura governamental, movimentam-se, agora, os "reversionistas", ou seja, aqueles veteranos que estão procurando assimilar o perfil do novo trabalhador rural, assimilar suas reivindicações e exercer um sindicalismo autêntico paralelamente ao assistencialismo. À frente, desponta a nova geração, um fenômeno que quatro anos para cá, com uma posição mais combativa, independente e avessa ao assistencialismo, como afirma Wilson Donizete Bertoloai, presidente do Sindicato de Angatuba.

Processo lento

A mudança na postura sindical no interior, evidenciada pelos movimentos de Guariba e de Bebedouro, faz parte de um processo lento iniciado na década de 70, quando a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de São Paulo (Fetaesp) começou um trabalho de educação junto aos sindicatos, abordando questões como leis trabalhistas, direito de greve, política salarial e formas de organização das bases.

No esforço de trazer uma nova mentalidade à área rural, o maior obstáculo encontrado pela Fetaesp está na propagação dos ensinamentos — expressão usada pelo assessor sindical do Departamento de Educação e Projetos Sociais da entidade, José Siqueira. Personalista, a maioria dos dirigentes sindicais, segundo ele, guarda para si o que aprendeu e não repassa os novos conhecimentos à categoria. Assim, são poucos os sindicatos com uma visão de futuro, preocupados em formar novos quadros e descentralizar a atividade sindical. "O que mais combatemos e mais nos atrasa é essa centralização das atividades em cima de um só dirigente", ressalta Siqueira.

Isolados no campo, com baixo nível de instrução, a formação dos sindicalistas começou com questões corriqueiras na vida das lideranças urbanas. Em 1980, por exemplo, os cursos do Itetresp mostraram aos sindicalistas a melhor forma de contatar suas bases. Expulso do campo, com o fim do colonato e o início do trabalho assalariado, o trabalhador rural hoje é mais facilmente encontrável na periferia das cidades e é lá que deve ser exercido o esforço de mobilização, segundo a Fetaesp.

Orientação

A cada ano, a Fetaesp analisa o movimento sindical e identifica seus pontos falhos, na tentativa de corrigi-los via Itetresp (o centro, localizado em Agudos, a 300 quilômetros da Capital, foi inaugurado oficialmente em 1976). Nos últimos dois anos, cursos e seminários centraram-se em tópicos como direito de greve, política salarial, contratos coletivos de trabalho e organização sindical. Foram realizados dois ciclos de estudos (o último em dezembro) com a

participação dos bóias-frias que trabalham no corte de cana e na colheita de laranja, e deles saíram os primeiros esboços das reivindicações levantadas em Guariba e Bebedouro.

Agora a preocupação é de instrumentar a liderança rural para a negociação coletiva de trabalho. Está previsto, inclusive, um seminário sócio-econômico com o DIEESE (Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos) sobre a realidade brasileira, incluindo as conseqüências para o país de atos do Governo, como assinatura da carta de intenções com o FMI. Este ano, os dirigentes sindicais acham difícil assinar uma convenção coletiva de trabalho, mas esta é uma meta para o próximo ano. "Em 1985, vamos negociar. Se os patrões não atenderem, vai pro pau", assegura Vitor Jorge Faria, diretor do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Araras.

Aos poucos familiarizando-se com a Lei de Greve, direitos trabalhistas, a política econômica do Governo, o sindicalista rural sai do isolacionismo, mesmo aquele que preserva comportamentos tradicionais. "O dirigente sindical que não deixar de ser vaquinha de presépio vai ser abandonado pelo trabalhador", prevê Adair Garcia Fernandes, 27 anos, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Urupês e um dos expoentes da nova geração.

Para esse novo sindicalista que surge, ainda imaturo, a questão fundamental "é mobilizar, organizar e conscientizar os trabalhadores", como define Wilson Donizete Bertoloni, presidente do Sindicato de Angatuba, com uma formação fortemente influenciada pela Igreja (participa dos grupos de evangelização). Da corrente "revisionista", Abel Rodrigues de Camargo, presidente há 20 anos do Sindicato de Rio Claro, reconhece que "o dirigente sindical tomou outra mentalidade".

— Fomos assistencialistas por força das circunstâncias. Era o que o trabalhador queria. Hoje temos que fazer o autêntico sindicalismo e lutar pela reforma agrária", ressalta.

Mudança

Assim, mais do que pelo trabalho de educação sindical, a mudança na postura das lideranças rurais foi provocada — e é reflexo dela — pela alteração das condições de vida e relações de trabalho no campo, como analisam os próprios dirigentes. Ainda na década passada, predominava, no interior de São Paulo, o colonato: o trabalhador rural e sua família moravam nas próprias fazendas, onde tinham uma faixa de terra para plantar culturas de subsistência. Com o advento do Programa do Alcool e a expansão da cultura de cana, o colono passou a assalariado e foi engrossar a periferia das grandes cidades. Primeiro, de acordo com Vitor Jorge Faria, de Araras, veio a ilusão de que um bom salário bastaria — e essa é a briga atual. Mas aos poucos os sindicalistas percebem um movimento, ainda tênue, de tentativas de voltar ao campo nos moldes tradicionais. "Cada vez mais aparece trabalhador perguntando por sítio para morar e plantar", constata Abel Camargo, de Rio Claro.

O trabalhador assalariado logo entrou em contato mais estreito com os meios de comunicação. Com uma relação mais pessoal com o empregador, longe da sua tutela, aos poucos aprende a reivindicar, mas encontra ainda um patronato parado no tempo, observa Faria.

— Desde a primeira campanha salarial, em 1975, que ouvimos o representante do sindicato patronal dizer que não negocia", lembra ele. Além da posição de força marcada pela desmobilização dos trabalhadores e a tranquilidade característica da área rural, o patronato sempre contou com o excesso de mão-de-obra para brejar movimentos reivindicatórios, estimulando inclusive as correntes migratórias entre os Estados da Federação. "Agora o pessoal já viu que não adianta vir de Minas para passar fome aqui", pondera Faria.

Empregadores

Os empregadores não vêem grandes problemas no interior: "A área rural sempre foi tranqüila e essa tranqüilidade voltará", acredita o presidente da Federação da Agricultura do Estado de São Paulo, Fábio Meirelles, que considera a entidade aparelhada para negociar. Esta semana, por sugestão da Delegacia do Trabalho de São Paulo, a FAESP indicou uma comissão de três membros para discutir a próxima convenção coletiva de trabalho, mas prefere ainda deixar a cada sindicato o encaminhamento dos acordos.

SÔNIA CARVALHO

(Página 22)